

**PROFESSOR,
ASSOCIE-SE À
APROPUC**

PUCViva

Nº 1015 - 19/12/2016

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

DOM PAULO EVARISTO ARNS

O Brasil todo, e a PUC-SP, particularmente, perderam na quarta-feira, 14/12, uma das figuras mais marcantes de sua história de luta pela democracia: faleceu, aos 95 anos de idade, D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo emérito de São Paulo.

A vida de D. Paulo confunde-se com a luta do povo brasileiro pela liberdade, contra a opressão e por melhores condições de vida. Entre 1970 e 1998, D. Paulo esteve à frente da arquidiocese de São Paulo. Enfrentou os anos difíceis da ditadura militar, era o momento em que a Igreja Católica no Brasil alinhava-se ao lado daqueles que se opunham ao regime e dava guarida aos militantes perseguidos pelos militares. Em 1972, criou a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, e nos anos seguintes teve papel decisivo nos protestos contra os assassinatos promovidos pelos militares. Em protesto contra o assassinato do estudante Alexandre Vannuchi Leme, da USP, em 1973, mais de 5000 pessoas se reuniram na catedral da Sé para a celebração de uma missa. Marcante também foi o ato ecumênico, realizado em 1975, em memória do jornalista Vladimir Herzog, assassinado no DOI-Codi, mas oficialmente declarado como suicida. A realização do ato que lotou a catedral e a Praça da Sé, negou de maneira categórica a tese de suicídio.

Mas foi aqui na PUC-SP que a memória de D. Paulo ficou indelevelmente gravada. Grão-Chanceler durante 28 anos, o cardeal procurou fazer desta universidade um exemplo de democracia e autonomia universitária, principalmente nos tempos difíceis da ditadura militar. Já em 1969 a PUC-SP abriu-se para docentes perseguidos pela ditadura e que não encontravam espaço em outras universidades. Era o caso de Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Maurício Tragtenberg, Paulo Freire, José Arthur Gianotti, Bento Prado Jr. e Paul Singer. Em 1977, juntamente com a reitora Nadir Kfourri, D. Paulo protestou contra a invasão da universidade pelas tropas do então secretário da segurança Erasmo Dias. Em um tempo em que er-

guer a voz em público contra o regime militar era um risco enorme, D. Paulo, entrevistado pelas TVs, denunciava as atrocidades cometidas pela ditadura

Em 1981, atendendo ao pleito da comunidade, encaminhado pela APROPUC, D. Paulo concorda com a realização de eleição direta para reitor. A PUC-SP passa ser a primeira universidade no Brasil a ter escolha direta de reitor, elegendo, para um segundo mandato, a professora Nadir Kfourri. Provocado pelo professor Jorge Claudio Ribeiro, então editor do jornal interno Porandubas, se o Grão-Chanceler sacramentaria o nome do reitor, mesmo que não fosse de sua simpatia, D. Paulo não titubeou: "Uma vez que abrimos o jogo foi pra valer. Aliás nunca me arrependi de abrir o jogo a uma participação popular. Quando o povo é tratado com dignidade, responde com uma dignidade ainda maior".

Durante os anos em que D. Paulo esteve à frente do arcebispado de São Paulo a PUC-SP conheceu seus tempos de maior autonomia, onde a liberdade de cátedra era respeitada e, mesmo nos momentos difíceis como a intervenção do professor Vicente Benzinelli em nome da Fundação São Paulo, havia diálogo e respeito à vontade da comunidade.

Com D. Paulo vai-se um pouco desta história de democracia da universidade e do povo brasileiro. Em um momento em que a classe trabalhadora encontra-se sob o tacão de um governo golpista, que lhe retira direitos, em que a PUC-SP vê o ideal de D. Paulo ser empurrado para baixo do tapete quando se nomeia um reitor que não foi escolhido pela comunidade ou vê seus docentes enquadrados em processos absurdos, é sempre bom lembrar as palavras de D. Paulo quando a universidade foi invadida pela Polícia Militar: "Na PUC só se entra prestando exame vestibular. E só se entra na PUC para ajudar o povo, não para destruir as coisas". Levemos adiante as palavras de D. Paulo!



VERONICA LUGARINI

Em uma de suas últimas aparições públicas D. Paulo é homenageado na PUC-SP, no dia 24/10 e recebe o boné do MST

FORA TEMER!

ABAIXO O GOLPE DA DIREITA !

PELA ORGANIZAÇÃO AUTÔNOMA DOS TRABALHADORES!

CONTRA O AJUSTE FISCAL E DESTRUIÇÃO DE DIREITOS!

PREPARAR A GREVE GERAL!

FUNCIONÁRIO

Fortaleça sua entidade!

**Associe-se
à AFAPUC**

O Sintusp, a universidade e esses tempos sombrios

No momento em que escrevo, está acontecendo uma Assembleia Geral no Sindicato dos Trabalhadores das USP, que objetiva fortalecer a luta contra a decisão do atual Reitor, Marco Antônio Zago, de entrar com pedido na Justiça de reintegração de posse da sede do SINTUSP, sede na qual a entidade desenvolve suas atividades há 50 anos. Em 30 de novembro, a 3ª Vara da Fazenda Pública concedeu liminar para a reintegração de posse. Este é o quadro, mais imediato, de uma crise que vem sendo ampliada em diferentes frentes na USP. Trata-se de um processo que vem expressando, de maneira preocupante, a forma pela qual a atual Reitoria da maior universidade do país vem lidando com as diferentes categorias de trabalhadores da instituição. Mais do que fazer coro ao recrudescimento do desmonte do ensino público universitário no contexto do país, esta Reitoria vem demonstrando que não possui a menor sensibilidade para a negociação, mas está percebendo, contudo, que os movimentos dos trabalhadores da instituição estão lutando não apenas pela manutenção de sua sede - essencial para a ampliação da participação dos trabalhadores, mas pela melho-

ria das condições de trabalho, dos salários, na direção de resgatar à Universidade seu lugar de construção de novos ordenamentos do Olhar, da educação como movimento de emancipação social e política.

Esse quadro nos faz olhar inclusive para outras escalas do país e do mundo. São tempos sombrios, nos quais vem sendo exposta a perigosa velocidade de precarização das condições de vida dos trabalhadores, e que - justamente por isso -vem acontecendo

um avanço voraz contra a urgente reorganização das esquerdas, em diferentes âmbitos da sociedade contemporânea. Não se trata de apenas indícios, mas de uma violência aberta contra os avanços conquistados, em muitas décadas, por trabalhadores do mundo todo.

Por esse motivo é que se torna essencial não aceitar que o tosco se imponha, na figura de uma Reitoria que, de forma precária, não reconhece os diferentes níveis legítimos de

luta de professores e de funcionários. Que a sede seja mantida ao SINTUSP é, na verdade, não apenas o sinal de que uma negociação não violenta seja instituída, mas o sinal para que esta Reitoria reconheça, humildemente, que a Universidade de São Paulo é um patrimônio no qual o Conhecimento se faz como atitude que interroga saberes e poderes.

Mauro Peron, professor da Faculdade de Ciências Sociais e diretor da APROPUC

Processo Administrativo tem conclusão prorrogada por 30 dias

O processo administrativo movido contra o professor Edson Passeti teve a sua conclusão prorrogada por mais 30 dias. Ouvida pelo **PUCViva** sobre os possíveis desdobramentos do processo a professora Eliana Vendramini que coordena a Subcomissão processante informou que a continuidade do processo depende agora de nova nomeação da reitora eleita, pois a Comissão foi escolhida pela professora Anna Cintra e deve ser referendada (ou não) pela professora Maria Amalia Andery.

No último Consun do

ano a professora Maria Amalia Andery encaminhou uma proposta para que a universidade adotasse a prática da Justiça Restaurativa, que encaminharia questões desta ordem para um processo de conciliação entre as partes.

Além das moções que publicamos em nossas edições anteriores chegaram à nossa redação e ao site do Nu-sol os pronunciamentos do Conselho Regional de Psicologia-RJ ; Faculdade de Filosofia e História da Educação; Prof. Dr. Silvio D.O.Gallo; Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana -UERJ; Grupo de

Pesquisa em Subjetividade, Poder e Resistência ; Prof. Dr. Cesar Candioto ; Depto de Adm Escolar e Economia da Educação da USP; Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFF, apoiado pelo colegiado; Depto de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais da UFF.

A página destinada à manifestação de solidariedade ao professor recebeu mais de 1600 assinaturas e nela podem ser encontrados outros depoimentos.

O endereço eletrônico da página é <https://goo.gl/LrNiZt>

FALA COMUNIDADE

Professores brasileiros protestam contra a ida de Moro à Alemanha

Um grupo de professores e magistrados, entre eles o professor Willis Santiago, da PUC-SP, manifestaram-se contra a ida do juiz Sérgio Moro à Alemanha. A manifestação teve respostas e contra respostas, que reproduzimos nestas páginas

Sr. Prof. Dr. Markus Pohlmann
Instituto de Sociologia Max Weber -Universidade de Heidelberg

Permita-nos uma breve apresentação. Somos professores de História, Ciência Política e Direito de distintas Universidades brasileiras, públicas e privadas, com atuação nas áreas de Teoria do Direito, Hermenêutica Constitucional, Direito Constitucional, Direito Econômico, Direito Penal e Processual Penal. Temos muitos anos de atividade científica e acompanhamos com atenção os acontecimentos em nosso País, especialmente durante e depois do golpe sofrido por nossa jovem democracia de abril a agosto de 2016. Com o mesmo interesse científico, e como cidadãos que viveram ainda o final da ditadura militar brasileira de 1964-85, seguimos de perto a assim chamada "Operação Lava Jato", bem como o papel desempenhado pelo Poder Judiciário e Ministério Público brasileiros. Desta maneira, seguimos com proximidade a atuação do Juiz Federal Sérgio Fernando Moro e dos membros do Ministério Público Federal que o acompanham nos processos penais relativos à mencionada "Operação Lava Jato".

Surpreendeu-nos que o Sr. e sua prestigiada Universidade de Heidelberg tenham convidado o Juiz Federal Sérgio Fernando Moro, na condição de "luta-

dor contra a corrupção" para conferência no dia 09 de dezembro de 2016. O Juiz Federal Sérgio Moro incorreu em posturas as quais foram determinantes para o clima político de derubada de um governo legítimo, servindo, desta forma, aos piores interesses antidemocráticos, a seguir enumerados:

– o Juiz Sérgio Moro ordenou a ilegal condução coercitiva do Ex Presidente Luís Inácio Lula da Silva em março de 2016;

– o Juiz Sérgio Moro criminosamente tornou pública escuta telefônica da então Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, enviando gravações de conversas para a Rede Globo de Televisão. A Rede Globo apoiou todos os movimentos autoritários do Brasil, desde 1964;

– o Juiz Sérgio Moro fundamenta suas decisões de arbitrárias prisões provisórias não na Constituição e nas Leis do Estado Democrático de Direito; porém na repercussão midiática de sua atuação, conforme as palavras do próprio Juiz em texto de sua autoria publicado em 2004, sobre a "Operação Mani Pulite", ocorrida na Itália nos anos 90;

– o Juiz Sérgio Moro recebe prêmios e honrarias da Rede Globo de Televisão, comunica-se por mensagens eletrônicas com jornalistas desta Televisão, em franca oposição aos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff;

– violando Constituição, Leis e a soberania nacional, o Juiz Sérgio Moro entrega informações à justiça dos Estados Unidos da América, com quem dialoga frequentemente, sobre andamento de processos brasileiros, permitindo que réus brasileiros firmem acordo de

colaboração com a justiça dos Estados Unidos da América, em detrimento do interesse das empresas nacionais brasileiras.

Há uma infinidade de abusos, ilegalidades e parcialidades em favor da oposição reacionária no Brasil, e contra os governos populares dos últimos 13 anos, praticadas pelo Juiz Sérgio Moro nos processos envolvidos no âmbito da "Operação Lava Jato". Prezado Prof. Dr. Pohlmann, seriam muitas as particularidades que não caberiam nesta carta, mas qualquer um de nós estaria disposto a esclarecer-lhe, com documentos. O mais destacado no papel do Juiz Sérgio Moro foi sua contribuição decisiva para o golpe que começou em maio, e culminou em agosto de 2016 com a destituição da Presidenta Dilma Rousseff. Articulado com poderosos barões da mídia brasileira, Sérgio Moro, o Poder Judiciário e o Ministério

Público Federal conseguiram derrotar a democracia brasileira; conseguiram instalar no Brasil o clima político de fascismo e intolerância política. O Sr., assim como todos nós que assinamos esta carta, bem conhecemos como pode ser o Direito utilizado para aparência de legalidade e para perseguição de adversários políticos.

Por tais razões, Prof. Dr. Markus Pohlmann, julgamos conveniente adverti-lo de que seu convidado não representa a luta contra a corrupção no Brasil, não representa o fortalecimento da democracia no Brasil. Ao contrário: representa o retorno a tempos que julgávamos superados na democracia constitucional e política de nosso País.

Seguem assinaturas de professores e magistrados brasileiros, entre eles Willis Santiago Guerra Filho -da Faculdade de Direito - PUC-SP

Resposta do professor Markus Pohlmann, da Universidade de Heidelberg

Caro Martonio Mont'Alverne Barreto Lima, obrigado por seus comentários sobre o nosso convite de Sérgio Moro.

A fim de esclarecer o contexto do convite: Sérgio falará em uma conferência científica sobre a corrupção e combate à corrupção, entre outros, os cartéis do caso da Petrobras, examinados a partir de uma perspectiva científica. Já que ele foi designado como um juiz federal para o caso, queremos ouvi-lo a respeito especialmente como expert. É, como eu disse, especialmente sobre os cartéis de empreiteiros em primeiro plano. Embora saibamos

que o lado político do processo é altamente controverso, queremos ouvir a luta contra a corrupção na economia.

A palestra é pública e também inclui um debate de meia hora em que os críticos, de acordo com as regras do debate, podem tomar a palavra que pode ser enviada para Sergio Moro. Isso abre a palestra a oportunidade de questionar Sergio Moro para julgar a si mesmo, e ver como ele responde. Nós achamos que é justo para todos os interessados ,e

continua na próxima página

continuação da página anterior

não se persegue quaisquer interesses políticos com o convite de Sérgio Moro.

Neste sentido saudações amigas de Heidelber

Markus Pohlmann

Mensagem enviada ao professor Pohlmann

Muito honrado Professor Pohlmann, gratíssimo por sua resposta rápida. Na condição de ex-ministro da Justiça da Presidente Dilma Vana Rousseff, desejo, entretanto, acrescentar um aspecto importante, que aparentemente não foi devidamente compreendido. Aqui não estamos falando de política. Se nossa crítica se relacionasse a nossas eventuais convicções políticas, entenderia bem que a academia não devesse lhe dar maior atenção. Mas nós estamos falando de ética da ciência. O Sr. Moro é um criminoso, também sob a perspectiva alemã. Ele se tornou punível quando violou sigilo funcional, para não falar em prevaricação. Não consigo imaginar que o Sr. convidasse como conferencista um gatuno, para que expusesse a seu honrado público, friamente, sob a perspectiva científica, seu procedimento de gatunagem. É disso que se trata. Peço-lhe sua compreensão, mas, numa época em que no nosso país a norma jurídica não vale nada, precisamos que nações culturais como a Alemanha não contribuam para premiar e honrar um causador dessa zorra, ao invés de repudiá-lo.

Com saudações amistosas,

Dr. iur. Eugenio de Aragao, LL.M.

Subprocurador-Geral da República, Professor de Direito Internacional Público na Universidade de Brasília e ex-ministro da Justiça.

Professoras da PUC-SP publicam carta-aberta contra a PEC 287

Aldaiza Sposati e Maria Carmelita Yazbek, professoras titulares da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo co-promotoras da luta pela construção da Lei Orgânica de Assistência Social de 1993, permanentes analistas, pesquisadoras da política de assistência social desde 1985 e do Sistema Único de Assistência Social vêm alertar e demandar dos membros do CNAS neste conturbado 2016 clara posição quanto ao conteúdo da PEC 287.

Não é de se entender o motivo pelo qual a PEC 287 adentra à responsabilidade e competência da gestão da política de assistência social, opera seu conteúdo como se fosse matéria da previdência social, e adota decisões restritivas quanto ao benefício de prestação continuada sobrepondo-se ao democrático processo decisório das instâncias deliberativas da gestão da política de assistência social. Concorda o CNAS com tal atitude autoritária que viola o que construímos e tem vigência nos últimos 23 anos?

Essa forma arbitrária de condução da matéria mostra fragilidade de conteúdo na Mensagem nº633 que acompanha a PEC, assinada pelo Ministro da Fazenda Henrique de Campos Meirelles, afirmando que o intuito da PEC é fortalecer a sustentabilidade do sistema de seguridade social, por meio do aperfeiçoamento de suas regras, sobretudo, no que se refere aos benefícios previdenciários e assistenciais (p.16).

Atenção, o benefício de prestação continuada- BPC atinge a fração de 1/50 de brasileiros com deficiências sérias, e idosos acima de

65 anos entre os quais não é aplicada a distinção de gênero, portanto mulheres que lutaram toda a vida para criar alimentar seus filhos, lutando em trabalhos domésticos, via de regra quase escravos e sujeitados a baixa remuneração pois a regulação do trabalho doméstico no Brasil não atinge ainda a cinco anos de aplicação.

Qual o sentido em se aplicar aos mais pobres idosos e com deficiência a medida punitiva em ampliar seus anos de miserabilidade? É justo, como proteção social persistir a isenção fiscal e penalizar idosos e pessoas com deficiência. Que economia de vida e civilidade está a se garantir no Brasil ao não respeitar a dignidade humana?

A PEC 287 é parte de um conjunto de propostas que objetivam diminuir os gastos públicos, o que é necessário, entretanto, é de se pôr em questão a seletividade da escolha de cortes que estão sendo indicados, não se pode concordar com cortes que, acometem direitos sociais, destruindo ou desconstituindo o Estado de Seguridade Social, previsto constitucionalmente. Com certeza a que se discutir e propor reformas para as desonerações fiscais excessivas; com o sistema tributário desigual; com a isenção dos lucros e dividendos; com a ausência dos impostos sobre grande fortuna, entre outras medidas.

Completa a impropriedade da medida sua desvinculação do salário mínimo. Lutou-se no país pela observância da dignidade dos idosos, andarmos às avessas aos princípios das lutas que constroem o confronto à discriminação e a

superção das heranças da escravatura. Não há pertinência para o SUAS e para a PNAS-04 alterar o artigo 203 da Constituição Federal de 1988.

Substituir a condição de garantia pela de concessão, do BPC significa flagrante violação à cláusula pétrea, ou seja, no texto constitucional atual, é garantido um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, enquanto no texto proposto pela PEC 287, o BPC passa a ser concessão de benefício assistencial mensal, a título de transferência de renda, à pessoa com deficiência ou àquela com setenta anos ou mais de idade, que possua renda mensal familiar integral per capita inferior ao valor previsto em lei. Além de reservar a lei infraconstitucional, a competência para dispor sobre o valor do benefício e os requisitos de concessão e manutenção.

Por tudo o que construímos, nos empenhamos em todos esses anos entendemos que aos membros desse Conselho está neste momento reservada missão histórica irrevogável, discordar da inclusão na PEC 287 de alteração do artigo 203 da Constituição Federal de 1988. Com nossos cumprimentos solidários e demandantes de coerência com o SUAS, enviamos nossas saudações aos membros do Conselho Nacional da Política de Assistência Social.

São Paulo ,12 de dezembro de 2016

**Profa Dra. Aldaiza Sposati
Profa Dra. Maria Carmelita Yazbek**

Governo golpeia brasileiros com reforma da Previdência e a PEC 55

Em poucos dias, o governo Michel Temer golpeou duas vezes a população brasileira com a aprovação da PEC 55 e o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), da Câmara dos Deputados, sobre a reforma da Previdência.

Como sempre, Temer e seus comandados agilizaram e fizeram de tudo - até manter Renan Calheiros na presidência do Senado ao fazer um conluio com o Supremo Tribunal Federal (STF) - para que a PEC da "destruição", como ficou conhecida, fosse aprovada em uma votação relâmpago no Senado na última terça-feira, dia 13/12. Foram 53 votos a favor e 16 contra.

Agora aprovada, a PEC congelará os investimentos públicos no Brasil durante 20 anos, fazendo com que o país viva anos de estagnação nas áreas sociais, como saúde e educação, que serão sucateadas em prol das falsas contas públicas que mexem apenas com a classe média e com os mais pobres. A elite e os empresários permanecem intocados.

PROTESTOS POR TODO O PAÍS

Diante deste fato é de se prever que tempos sombrios virão, mas o povo deve resistir. No mesmo dia da aprovação da PEC, milhares de brasileiros foram às ruas de todo o Brasil para expressar o seu repúdio a essa medida impopular e antidemocrática do governo.

Na cidade de São Paulo, o ato começou às 19h na Paulista a partir da Praça do Ciclista e percorreu a Avenida, chegando ao seu fim em frente ao metrô Brigadeiro.

De acordo com a frente Povo Sem Medo, os organizadores do ato, a estimativa é de que 40.000 manifestantes tenham participado do protesto. Como sempre, a Polícia Militar não divulgou os números oficiais.

Ainda durante o protesto, parte dos manifestantes expressou sua raiva - já muito acumulada pelo golpe político, jurídico e midiático, além da retirada dos direitos dos brasileiros com a PEC, reforma da Previdência e a terceirização - derrubando o portão do prédio da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e entrando no edifício para protestar contra a instituição que

apoiou claramente o golpe e é o símbolo máximo dos empresários e capitalistas de São Paulo que estão ao lado de Temer e sua equipe econômica.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Outro golpe perpetrado pelo governo foi a aprovação da primeira etapa da reforma da Previdência. Na calada da noite da quinta-feira, dia 15/11, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou a admissibilidade da proposta da reforma da Previdência Social. E inclusive, para garantir a votação, líderes partidários chegaram a substituir integrantes de suas legendas da CCJ. Essa é a segunda vez que a Câmara vota temas polêmicos

Caso a proposta seja aprovada, os brasileiros precisarão contribuir por 49

anos para receber 100% do valor da aposentadoria - ao invés dos atuais 30 anos de contribuição - mesmo que tenha atingido a idade mínima para se aposentar, de 65 anos, conforme detalhou o secretário da Previdência Social do ministério da Fazenda, Marcelo Caetano em uma coletiva realizada há duas semanas.

Especialistas já apontaram que a reforma irá aprofundar a desigualdade no país e prejudicar, principalmente a grande parcela de trabalhadores que não possuem emprego formal e trabalham durante anos na informalidade por conta do desemprego e não conseguem contribuir para se aposentar.

Até o fechamento desta edição, não havia uma data estabelecida para a continuação das lutas e greves contra as atrocidades do governo golpista.

Governo ameaça direitos territoriais de povos indígenas

O Governo Federal quer alterar regras de demarcação de terras indígenas por meio de uma proposta de Decreto que prevê a indenização e a aplicação do marco temporal como solução para esse conflito que é a principal causa do genocídio dos povos indígenas.

Essa medida autoritária aponta para a consolidação das articulações dos ruralistas para fragilizar ainda mais os direitos dos povos indígenas e mesmo aqueles territórios indígenas que já fo-

ram demarcados estão ameaçados, violando o ato jurídico perfeito e o direito adquirido, uma vez que todo processo de demarcação sempre contou com a possibilidade de contraditório e ampla defesa durante o processo administrativo.

Segundo o site Conselho Indigenista Missionário, calcula-se que cerca de 600 terras indígenas seriam afetadas com essa medida absurda e destituidora dos direitos fundamentais dos povos indígenas.

ATO CONTRA O DECRETO ANTI-INDÍGENA

Por isso, é de extrema importância a participação e divulgação do ato nacional contra o decreto anti-indígena que irá acontecer, nesta quarta-feira, dia 21/11, em diversas cidades do país.

Para mais informações sobre a proposta do governo e acompanhar as mobilizações, acesse a página "Mobilização Nacional Indígena" no Facebook.

ROLA NA RAMPA

Nota da AFAPUC sobre o falecimento de D. Paulo

Recebemos na semana passada a triste notícia do falecimento de Dom Paulo Evaristo Arns.

Sua trajetória e sua história dispõem qualquer apresentação. Sua atuação pastoral foi sempre voltada aos mais pobres e à defesa e promoção dos direitos da pessoa humana, além de sua efetiva participação na luta contra a repressão da ditadura e a favor do voto, no movimento Diretas Já. Por sua obra humanitária recebeu vários prêmios no Brasil e no exterior.

Na PUC-SP sua presença sempre foi muito marcante: acolheu a realização da reunião da SPBC, em pleno regime militar, mesmo com toda resistência e intervenção dos militares;

defendeu nossa comunidade quando da invasão da PM ao campus Monte Alegre, atuou efetivamente quando o TUCA foi cometido por dois incêndios; nomeou a primeira mulher Reitora numa Universidade Católica e instaurou nesta Universidade, processo pioneiro dentre as universidades brasileiras, consulta à comunidade para definir os cargos diretivos da Instituição.

Perdemos não só um homem, um religioso, mas um símbolo da resistência e da luta pela democracia, um defensor dos direitos humanos e da igualdade social. A PUC-SP perde hoje a pessoa que construiu, incontestavelmente, grande parte de sua história!!!

Aposentadoria é tema do boletim do Sinpro

O Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro-SP) divulgou na última semana um boletim com uma matéria sobre a aposentaria. Entre os temas abordados estão as mudanças propostas pela reforma da previdência que reduzem direitos e transformam a Previdência Social em uma máqui-

na arrecadatória, sem levar em consideração os aspectos sociais dos trabalhadores brasileiros. Além disso, o boletim pontua quais são essas alterações, especificamente para a categoria dos professores. Para mais informações acesse o site do sindicato: <http://www.sinprosp.org.br/>.

Horário de férias

Durante o período de férias a APROPUC permanecerá fechada entre os dias 24/12 a 02/01/2017. A seguir a entidade funcionará das 9 às 18hs. até o final do mês de janeiro. A AFAPUC fechará no dia 30/12/2016. Entre os dias 02 e 12/01/2017, a AFAPUC estará atendendo em horário de férias, com plantão das 14h às 16h. A partir de 13/01/2017 estará atendendo em horário normal das 9h às 18h.

O Sinpro-SP ficará fecha-

do entre os dias 22/12 e 04/01/2017. O Conselho Superior que decidiria sobre o recesso de final de ano foi adiado para esta semana em virtude do falecimento de D. Paulo.

Este é o último jornal **PUCviva** do ano de 2016. Voltaremos no primeiro semestre de 2017, porém estaremos acompanhando todos os acontecimentos da PUC-SP e dos movimentos sociais e divulgando no site da APROPUC, no endereço eletrônico www.apropucsp.org.br.

FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO
AFAPUC 2016

Das 13h às 19h

EM DEZEMBRO
23/12/2016

R. Voluntários da Pátria, nº 1653
Entre as estações Santana e Carandiru do metrô.

CAMPUS SANTANA

SHOWS COM
BANDA SALADA
SAMBA ROCK
ANIMAÇÃO COM DJ

NÃO SERÁ PERMITIDO O CANTO DE MARCHAS BUCÓLICAS PARA MENORES DE 18 ANOS

*Os convites devem ser retirados na secretaria da AFAPUC até dia 22/12/2016 em horário comercial.
**Os convites para dependentes, poderão ser descontados em 2x na folha dos associados.
***A IDENTIFICAÇÃO É OBRIGATORIA, E NÃO SERÁ VENDIDO CONVITES NA ENTRADA DA FESTA.
Informações: (011) 3670-8238 - com Sandra.

Doe um brinquedo para a Campanha Natal dos Sonhos

A Arquidiocese de São Paulo promoverá este ano a 15ª edição da Campanha Natal dos Sonhos para arrecadar brinquedos para doação às instituições que atendem crianças menos favorecidas e em situação de risco. É possível contribuir com a campanha colocando os brinquedos em

caixas distribuídas pelo campus Monte Alegre, localizadas nos seguintes locais: portaria Ministro Godói (prédio novo), portaria Monte Alegre (prédio velho) portaria da Fundação São Paulo (rua João Ramalho, 182) e na sala da Pastoral Universitária (térreo, prédio novo).

Campanhas contra câncer arrecadam 214 itens

Durante as campanhas Outubro Rosa e Novembro Azul, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), foram arrecadados 214 itens que agora serão encaminhados para o instituto não governamental OncoGuia localizado na Alameda Lorena, número 131. Desse total, foram recebidos 145 lenços, 53 bonés, 6 chapéus, 5 bandanas, 4 toucas e 1 peruca, sendo a maioria arrecadados no Campi Monte Alegre com 83% das arca-

dações, Santana ficou com 7%, Derdic 5%, Cogea 3% e Marquês 2%, de acordo com a CIPA.

A iniciativa contou com o apoio da Fundação São Paulo e vários departamentos tais como ACI, DRH, DTI, com as associações AFAPUC e APROPUC e adesão à causa através de doações de funcionários, professores e alunos.

Para mais informações sobre o instituto acesse: <http://www.oncoguia.org.br/>.